

**ACORDO QUADRO PARA AQUISIÇÃO DE POSTOS DE
CARREGAMENTO PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS DAS
EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

[2024_013CP]

CADERNO DE ENCARGOS

SETEMBRO DE 2024

ÍNDICE

Índice.....	2
CAPÍTULO I Disposições Gerais	4
CLÁUSULA 1.ª Objeto	4
CLÁUSULA 2.ª Contrato	4
CLÁUSULA 3.ª Prazo Contratual	5
CLÁUSULA 4.ª Valor Estimado.....	5
CLÁUSULA 5.ª Preços Máximos Unitários	5
CAPÍTULO II Obrigações das partes	5
Secção I Obrigações dos Cocontratantes	5
CLÁUSULA 6.ª Obrigações dos Cocontratantes	5
CLÁUSULA 7.ª Encargos com direitos de propriedade e direitos conexos.....	7
CLÁUSULA 8.ª Seguros	7
Secção II Obrigações das Contraentes Públicas.....	7
CLÁUSULA 9.ª Obrigações da AdP SGPS	7
CLÁUSULA 10.ª Obrigações das Contraentes Públicas	8
SECÇÃO III Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato	8
CLÁUSULA 11.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	8
CAPÍTULO III Relações entre as partes no Acordo Quadro.....	8
CLÁUSULA 12.ª Dever de Sigilo	9
CLÁUSULA 13.ª Tratamento de Dados Pessoais	9
CLÁUSULA 14.ª Alterações ao Acordo Quadro	11
CLÁUSULA 15.ª Força maior	11
CLÁUSULA 16.ª Suspensão do Acordo Quadro	12
CLÁUSULA 17.ª Suspensão ou resolução sancionatória por incumprimento contratual.13	
CLÁUSULA 18.ª Cessão de posição contratual dos Cocontratantes	14
CLÁUSULA 19.ª Cessão de posição contratual das Contraentes Públicas	14
CAPÍTULO IV Obrigações das Contraentes Públicas no Âmbito dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro	15
CLÁUSULA 20.ª Contratação ao abrigo do Acordo Quadro	15
CLÁUSULA 21.ª Critérios de adjudicação nos procedimentos ao abrigo do Acordo Quadro.....	15
CLÁUSULA 22.ª Forma e prazo de vigência dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro.....	16

CLÁUSULA 23.^a Condições de pagamento.....	16
CLÁUSULA 24.^a Atrasos no Pagamento	17
CLÁUSULA 25.^a Faturação eletrónica.....	17
CAPÍTULO V Obrigações das Cocontratantes no Âmbito dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro.....	18
CLÁUSULA 26.^a Obrigações.....	18
CLÁUSULA 27.^a Entrega dos equipamentos	20
CLÁUSULA 28.^a Instalação, ligação e colocação em serviço dos equipamentos	20
CLÁUSULA 29.^a Testes e ensaios de funcionamento	21
CLÁUSULA 30.^a Inoperacionalidade, defeitos e discrepâncias	22
CLÁUSULA 31.^a Aceitação dos bens e transferência da propriedade.....	22
CLÁUSULA 32.^a Garantia técnica.....	23
CLÁUSULA 33.^a Garantia técnica de continuidade de fabrico	24
CLÁUSULA 34.^a Manutenção dos equipamentos.....	24
CLÁUSULA 35.^a Auditorias aos Postos de Carregamento Fornecidos e Serviços Associados.....	25
CLÁUSULA 36.^a Reporte e Monitorização	26
CAPÍTULO VI Incumprimento e extinção do contrato.....	27
CLÁUSULA 37.^a Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	27
CLÁUSULA 38.^a Sanções contratuais	28
CLÁUSULA 39.^a Força Maior	29
CLÁUSULA 40.^a Resolução por Parte das Contraentes Públicas	30
CLÁUSULA 41.^a Resolução por Parte dos Cocontratantes.....	30
CLÁUSULA 42.^a Execução da caução.....	31
CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS.....	31
CLÁUSULA 43.^a Deveres de informação	31
CLÁUSULA 44.^a Comunicações.....	32
CLÁUSULA 45.^a Foro Competente	32
CLÁUSULA 46.^a Direito Aplicável e natureza do contrato.....	32
CLÁUSULA 47.^a Contagem dos Prazos.....	32
ANEXOS	33
ANEXO I	34
ANEXO II.....	35
ANEXO III.....	42

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no Acordo Quadro que tem por objeto a aquisição de postos de carregamento para veículos elétricos e respetivos serviços associados, e que disciplinará as relações contratuais entre os **Cocontratantes** e as empresas do Grupo Águas de Portugal, adiante designado por **Grupo AdP**, que integram o agrupamento de entidades adjudicantes, identificadas no **ANEXO I** ao Programa do Procedimento.

CLÁUSULA 2.ª

Contrato

1. O Acordo Quadro, celebrado por escrito entre os **Cocontratantes** e o agrupamento de empresas do Grupo Águas de Portugal, representadas pela **AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, doravante designada por **AdP SGPS**, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Acordo Quadro a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou pelo órgão a quem tenha sido delegada essa competência, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) As propostas adjudicadas;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelos **Cocontratantes** sobre as propostas adjudicadas.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior;
4. Os ajustamentos propostos pelas Contraentes Públicas nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelos **Cocontratantes** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.

CLÁUSULA 3.ª

Prazo Contratual

O Acordo Quadro a celebrar ao abrigo do presente procedimento vigorará pelo prazo de 36 (*trinta e seis*) meses, a contar da data da sua assinatura, ou até que o valor de todos os contratos a celebrar ao seu abrigo durante o referido prazo atinja o montante global de 4.000,000,00€ (*quatro milhões de euros*), sem IVA, consoante o evento que primeiro ocorra.

CLÁUSULA 4.ª

Valor Estimado

1. O valor estimado do Acordo Quadro a celebrar ao abrigo do presente procedimento é de 4.000,000,00€ (*quatro milhões de euros*), aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor estimado do contrato é indicativo, não dando lugar a qualquer obrigação por parte das **Contraentes Públicas** quanto à quantidade mínima de equipamentos a contratar.

CLÁUSULA 5.ª

Preços Máximos Unitários

O presente procedimento encontra-se sujeito aos preços máximos unitários que se encontram definidos no **ANEXO I** do presente caderno de encargos, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Secção I

OBRIGAÇÕES DOS COCONTRATANTES

CLÁUSULA 6.ª

Obrigações dos Cocontratantes

Sem prejuízo das obrigações previstas no Código dos Contratos Públicos, constituem obrigações dos **Cocontratantes**:

- a) Apresentar proposta em resposta a todos os convites formulados pela **AdP SGPS** enquanto representante das entidades que constituem o agrupamento de **Contraentes Públicas**, no

âmbito dos procedimentos a lançar ao abrigo do Acordo Quadro objeto do presente caderno de encargos;

- b) Apresentar propostas com preço igual ou inferior ao preço estabelecido no Acordo Quadro e que resulta do valor pelo qual a proposta do **Cocontratante** foi adjudicada;
- c) Fornecer os postos de carregamento e prestar os respetivos serviços associados, em conformidade com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- d) Comunicar às **Contraentes Públicas** e à **AdP SGPS**, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do Acordo Quadro objeto do presente caderno de encargos ou do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) Contraente(s) Pública(s);
- e) Não alterar as condições de fornecimento e/ou prestação de serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento e/ou prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- g) Comunicar à **AdP SGPS** qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo Quadro e/ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a gestão do Acordo Quadro;
- h) Comunicar à **AdP SGPS** a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão do Acordo Quadro e dos contratos de aquisição de postos de carregamento celebrados, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- i) Disponibilizar à **AdP SGPS** a informação relevante para a gestão dos contratos;
- j) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta da **AdP SGPS**;
- k) Sempre que solicitado pela **AdP SGPS**, disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do Acordo Quadro;
- l) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade, designadamente, o Regime Jurídico da Mobilidade Elétrica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na sua redação atual.

CLÁUSULA 7.ª

Encargos com direitos de propriedade e direitos conexos

São da responsabilidade dos **Cocontratantes** quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do Acordo Quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual, propriedade industrial, direitos de autor, patentes, licenças, marcas registadas e direitos conexos.

CLÁUSULA 8.ª

Seguros

1. É da responsabilidade dos **Cocontratantes** a cobertura, através de contratos de seguro, da responsabilidade civil relativa aos riscos inerentes à execução do objeto dos contratos a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro, quer se trate de danos próprios, do pessoal afeto à mesma ou de terceiros, bem como de acidentes de trabalho.
2. As **Contraentes Públicas** podem, sempre que entenderem conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo os **Cocontratantes** disponibilizá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

Secção II

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações da AdP SGPS

Constituem obrigações da **AdP SGPS**:

- a) Efetuar os procedimentos aquisitivos segundo as regras definidas no Acordo Quadro;
- b) Proceder à agregação das necessidades de aquisição das **Contraentes Públicas**;
- c) Nomear um coordenador responsável pela gestão dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação aos **Cocontratantes** com quem tenha celebrado contrato;
- d) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- e) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar aos **Cocontratantes** e adjudicantes às **Contraentes Públicas** os aspetos que tenham impacto relevante no cumprimento do Acordo Quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo.

CLÁUSULA 10.^a

Obrigações das Contraentes Públicas

Constituem obrigações das **Contraentes Públicas**:

- a) Nomear um responsável no seio da respetiva empresa (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicações com os **Cocontratantes** e com o coordenador designado pela **AdP SGPS** e comunicar quaisquer alterações do responsável nomeado;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo;
- c) Facultar toda a informação relativa aos contratos a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro, sempre que lhes seja solicitado pela **AdP SGPS**;
- d) Pagar as faturas regularmente emitidas pelos **Cocontratantes** e que tenham sido aceites;

SECÇÃO III

Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

CLÁUSULA 11.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado por cada **Contraente Pública**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao **Cocontratante** que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES ENTRE AS PARTES NO ACORDO QUADRO

CLÁUSULA 12.^a

Dever de Sigilo

1. Os **Cocontratantes** obrigam-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às **Contraentes Públicas** ou qualquer outra empresa do **Grupo AdP**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo.
2. Os **Cocontratantes** obrigam-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo.
3. Os **Cocontratantes** obrigam-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que **a Contraente Pública** lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano após a extinção das obrigações decorrentes do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 13.^a

Tratamento de Dados Pessoais

1. As Partes declaram que têm conhecimento e cumprem o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. As Partes reconhecem, que no âmbito da relação contratual aqui estabelecida, atuam como responsáveis autónomas pelo tratamento, prosseguindo finalidades próprias e individuais e determinando individualmente as bases de licitude aplicáveis.
3. A celebração e gestão do presente Contrato envolve o tratamento de dados pessoais respeitantes aos representantes legais e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados (quando qualquer um destes seja uma pessoa singular) e respetivos colaboradores, por cada uma das Partes.
4. Nestes casos, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada

uma das Partes durante a vigência do presente Contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.

5. Enquanto Responsáveis autónomas pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:
 - a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
 - b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
 - c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
 - d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.
6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios seguintes:
 - [Empresa do Grupo AdP]: [●]@[●]
 - [Cocontratante]: [●]@[●]
7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
8. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
9. As Partes poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção dos dados pessoais).

CLÁUSULA 14.^a

Alterações ao Acordo Quadro

1. Em função da ocorrência de inovações tecnológicas, o Acordo Quadro pode ser atualizado no que respeita às tipologias dos postos de carregamento, respetivas marcas, modelos, versões e serviços associados.
2. As atualizações referidas no número anterior devem cumprir os requisitos técnicos e funcionais exigidos para a celebração do Acordo Quadro e devem manter ou diminuir os preços unitários fixados no Acordo Quadro em relação a cada **Cocontratante**.
3. Os **Cocontratantes** que careçam de qualquer alteração ao Acordo Quadro devem comunicar por escrito à **AdP SGPS** essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (*trinta*) dias em relação à data em que pretendem ver introduzida essa alteração.
4. Qualquer alteração só se considera válida após autorização formal da **AdP SGPS**, efetuada através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no Acordo Quadro, sendo que os documentos da atualização, devidamente assinados entre as partes, farão parte integrante de uma adenda ao Acordo Quadro.
5. A decisão da **AdP SGPS** em relação ao pedido de alteração solicitado pelos **Cocontratantes** será emitida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias após a sua receção.
6. A atualização solicitada pelos **Cocontratantes** não pode modificar o objeto principal do Acordo Quadro, o tipo de prestação, nem impedir, restringir ou falsear a concorrência garantida na fase de formação do mesmo.

CLÁUSULA 15.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Acordo Quadro, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Acordo Quadro;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Acordo Quadro;

- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza as **Contraentes Públicas** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 16.^a

Suspensão do Acordo Quadro

- 1. Sem prejuízo do direito de resolução do Acordo Quadro, a **AdP SGPS**, no uso dos poderes conferidos pelas **Contraentes Públicas**, pode em qualquer momento suspender total ou parcialmente a execução do Acordo Quadro.
- 2. A suspensão produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos **Cocontratantes** no Acordo Quadro, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de

carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no Acordo Quadro.

3. A **AdP SGPS** pode a qualquer momento levantar a suspensão do Acordo Quadro.
4. Os **Cocontratantes** não podem reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do Acordo Quadro.

CLÁUSULA 17.^a

Suspensão ou resolução sancionatória por incumprimento contratual

1. O incumprimento, por qualquer dos **Cocontratantes** selecionados, das obrigações que sobre si recaem nos termos do Acordo Quadro, confere à **AdP SGPS**, no uso dos poderes conferidos pelas **Contraentes Públicas**, o direito à suspensão ou à resolução do Acordo Quadro relativamente aos **Cocontratantes** faltosos, podendo, ainda, a **AdP SGPS** solicitar o ressarcimento de todos os prejuízos causados.
2. Para efeitos da presente Cláusula, e sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se consubstanciar incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações em relação a cada **Cocontratante**:
 - a) Incumprimento de normas legais ou regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
 - b) Apresentação à insolvência, ou insolvência declarada pelo Tribunal;
 - c) Incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - d) Prestação de falsas declarações;
 - e) Recusa da prestação de serviços a uma entidade que constitui o agrupamento de **Contraentes Públicas**;
 - f) Apresentação de proposta inválida ou não apresentação de proposta em resposta a todos os convites formulados pela **AdP SGPS** enquanto representante das **Contraentes Públicas**, no âmbito procedimentos a lançar ao abrigo do Acordo Quadro;
 - g) Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais previstos nas Cláusulas 26.^a a 33.^a do presente caderno de encargos;
 - h) Incumprimento das obrigações que resultam dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro.
3. Em função da ponderação da gravidade e reiteração do incumprimento, a sanção de suspensão do Acordo Quadro pode durar até 6 (seis) meses.

4. Para efeitos do disposto nas alíneas e), f), g) e h) do n.º 2, considera-se haver incumprimento definitivo, para efeitos da aplicação da resolução sancionatória, quando, após advertência e aplicação de sanção, o **Cocontratante** continue a incorrer em incumprimento.
5. A suspensão e a resolução são notificadas ao Contratante em causa, por carta registada com aviso de receção, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
6. A suspensão e a resolução do Acordo Quadro relativamente a um **Cocontratante** não prejudicam a aplicação de qualquer das sanções contratuais previstas na Cláusula 37.^a do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 18.^a

Cessão de posição contratual dos Cocontratantes

Salvo situações de fusão ou cisão de sociedades, bem como qualquer alteração de efeitos análogos, os **Cocontratantes** não podem ceder a sua posição no Acordo Quadro e nos contratos celebrados ao seu abrigo.

CLÁUSULA 19.^a

Cessão de posição contratual das Contraentes Públicas

1. É permitida a cessão da posição contratual, total ou parcial, detida por qualquer uma das **Contraentes Públicas** no Acordo Quadro, desde que determinada por efeito de fusão ou cisão de sociedades, bem como por sucessão legal ou por qualquer alteração legislativa de efeitos análogos.
2. A cessão da posição contratual prevista no número anterior produz efeitos com a notificação aos **Cocontratantes** do ato, contrato ou diploma legal que determinar a modificação subjetiva ocorrida.
3. A cessão da posição contratual por qualquer uma das **Contraentes Públicas** em situações diversas das previstas nos números anteriores depende de autorização dos **Cocontratantes**, mas só pode ser recusada quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias dos **Cocontratantes**.

CAPÍTULO IV

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS NO ÂMBITO DOS CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO

CLÁUSULA 20.^a

Contratação ao abrigo do Acordo Quadro

1. A contratação ao abrigo do Acordo Quadro é efetuada através de convite aos **Cocontratantes** do Acordo Quadro, nos termos do artigo 259.º do CCP.
2. O convite será feito pela **AdP SGPS**, enquanto representante das **Contraentes Públicas**.
3. Os procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro pelas **Contraentes Públicas** devem ser tramitados através da plataforma eletrónica **AcinGov**, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
4. O prazo definido no convite para a apresentação das propostas será no mínimo de 6 (seis) dias.

CLÁUSULA 21.^a

Critérios de adjudicação nos procedimentos ao abrigo do Acordo Quadro

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinado pela avaliação do preço enquanto único aspeto da execução dos procedimentos ao abrigo do Acordo Quadro a celebrar. O valor das propostas será aferido em função do somatório do produto dos preços para fornecimento, ligação e colocação em serviço pelas quantidades correspondentes de equipamentos a fornecer, devidamente identificadas nos procedimentos aquisitivos ao abrigo do Acordo Quadro, acrescido dos correspondentes encargos de manutenção ao longo do contrato.
2. Em caso de empate entre as propostas, são considerados como fatores de desempate os seguintes:
 - a) Será considerado o menor valor para o subfator de fornecimento dos equipamentos;
 - b) Caso a situação de empate persista, será considerado o menor valor para o subfator da manutenção;
3. Se, da aplicação dos critérios previstos no número anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - a) O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;

- b) O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
- c) A cada concorrente cuja proposta se encontre em situação de empate será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- d) Numa urna serão introduzidas as bolas com os números dos concorrentes cujas propostas estão empatadas, procedendo-se seguidamente à sua extração;
- e) Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
- f) A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

CLÁUSULA 22.^a

Forma e prazo de vigência dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro

- 1. Os contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro vigorarão pelo prazo de 36 (*trinta e seis*) meses, contados da data da sua assinatura.
- 2. Os contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro podem produzir efeitos para além da vigência do Acordo Quadro, desde que não ultrapassem as durações previstas no número anterior.

CLÁUSULA 23.^a

Condições de pagamento

- 1. As **Contraentes Públicas** são exclusivamente responsáveis pelo devido pagamento dos bens fornecidos e dos serviços prestados.
- 2. O valor a pagar pela aquisição de postos de carregamento e respetivos serviços associados pelas **Contraentes Públicas** é o que resultar do disposto no presente caderno de encargos e das propostas adjudicadas no procedimento celebrado ao abrigo do Acordo Quadro, sendo que o mesmo nunca poderá ser superior ao preço máximo de referência estabelecido no Acordo Quadro.

3. As quantias devidas pelas **Contraentes Públicas** relativas aos serviços de manutenção são pagas mensalmente.
4. A faturação correspondente ao fornecimento e respetiva ligação e colocação em serviço de cada posto só poderá ocorrer após a respetiva aceitação concomitante à assinatura do auto de receção previsto n.º 2 da cláusula 30.º deste caderno de encargos.
5. As quantias devidas aos **Cocontratantes**, nos termos dos números anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a boa receção pelas **Contraentes Públicas** das correspondentes faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
6. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o integral cumprimento das obrigações contratuais decorrentes da execução do contrato.
7. Em caso de discordância por parte da **Contraente Pública**, incorreções ou omissões de dados nas faturas emitidas, esta deve comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o **Cocontratante** obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no n.º 3.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 3, as faturas são pagas através de transferência bancária ou outro meio que venha a ser acordado entre as partes.

CLÁUSULA 24.ª

Atrasos no Pagamento

1. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações.
2. A falta de pagamento das faturas regularmente emitidas e aceites dentro do prazo estipulado na cláusula anterior apenas constitui em mora a Contraente Pública.
3. Os atrasos no pagamento das faturas ficam sujeitos à cobrança de juros de mora à taxa de juro legal em vigor, calculados a partir do dia seguinte ao do vencimento da fatura.
4. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o(s) **Cocontratante(s)** a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no CCP.
5. O direito de resolução com fundamento na mora apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à Contraente Pública e à **AdP SGPS**, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas do valor de juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 25.ª

Faturação eletrónica

1. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das notas de encomenda emitidas pelas respetivas **Contraentes Públicas** e das guias de remessa a que dizem respeito.
2. As faturas a apresentar pelos **Cocontratantes** às **Contraentes Públicas** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, de acordo com a seguinte discriminação:
 - a) Preço unitário do fornecimento;
 - b) Preço unitário da ligação e colocação em serviço;
 - c) Preço unitário da mensalidade para manutenção;
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
5. Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
7. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos somente após o decurso do período transitório a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 30 de agosto.

CAPÍTULO V

OBRIGAÇÕES DAS COCONTRATANTES NO ÂMBITO DOS CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO

CLÁUSULA 26.^a

Obrigações

1. Em termos das obrigações inerentes ao fornecimento dos bens, é exigido aos **Cocontratantes** que proceda ao fornecimento e instalação, de acordo com a legislação aplicável.
2. Os **Cocontratantes** obrigam-se ao cumprimento, para todas as tipologias de postos de carregamento previstos no presente caderno de encargos, das seguintes obrigações:
 - a) Fornecedor dos bens em estado novo e em perfeita conformidade com os requisitos técnicos e funcionais de cada um dos postos de carregamento que se encontram definidos no **ANEXO II** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante;
 - b) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - c) Manutenção das condições do fornecimento, nos termos descritos no presente caderno de encargos;
 - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - e) Informar a **Contraente Pública** sobre as alterações verificadas durante a execução do contrato;
 - f) Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da sua atividade;
 - g) São da responsabilidade do **Cocontratante** quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - h) Comunicar à **Contraente Pública**, com uma antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens definidos no caderno de encargos e demais documentos contratuais;
3. Para cada posto de carregamento fornecido o **Cocontratante** deve disponibilizar o *software*/aplicação de gestão do posto de carregamento da respetiva marca, que deverá contemplar o seguinte:
 - a) Permitir a instalação nas infraestruturas da **Contraente Pública**, admitindo a interligação ao posto de carregamento através de rede interna, ou outras redes a indicar;
 - b) Permitir a gestão remota de utilizadores e respetivas permissões, por equipamento ou por grupo de equipamentos, caso aplicável;
 - c) Permitir a gestão de configurações do posto de carregamento, relativamente a designações, localização, configurações de rede, utilizadores, potência de carregamento, configuração dos pontos de carregamento;

- d) Disponibilizar e permitir exportação para CSV ou XLS informação dos consumos de energia, por sessão de utilização, por cartão, por posto de carregamento, associados à data/hora, e respetivo histórico;
- e) Disponibilizar e permitir exportação para CSV ou XLS da lista de eventos e alarmes;
- f) Permitir a gestão remota do posto de carregamento, incluindo ações como *reset* ou reinicialização do posto;
- g) Assegurar a monitorização remota do estado do posto de carregamento e dos pontos de carregamento.

CLÁUSULA 27.^a

Entrega dos equipamentos

1. Os postos de carregamento identificados no **ANEXO II** devem ser entregues nos locais indicados nos Convites dos procedimentos a lançar ao abrigo do Acordo Quadro no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias a contar da data de celebração dos contratos resultantes desses procedimentos.
2. O **Cocontratante** deve notificar o gestor do contrato designado por cada **Contraente Pública**, com uma antecedência mínima de 3 (*três*) dias, para definição do dia, da hora e do local exato da entrega dos equipamentos, os quais são fixados por acordo entre as partes.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos equipamentos necessários à execução do contrato para o local de entrega, assim como com a utilização de meios para elevação de equipamentos e materiais, e respetivos documentos, são da responsabilidade do **Cocontratante**.
4. A entrega do equipamento inclui a apresentação dos Manuais de Funcionamento a que se reporta o n.º3 da Cláusula 34.^a do presente Caderno de Encargos assim como a apresentação de documento comprovativo de certificação do posto de carregamento para a rede do Sistema de Gestão de Mobilidade Elétrica (MOBI.E).

CLÁUSULA 28.^a

Instalação, ligação e colocação em serviço dos equipamentos

1. A instalação dos equipamentos é realizada pelas **Contraentes Públicas**.
2. Através de mensagem de correio eletrónico, os gestores dos contratos designados pelas **Contraentes Públicas** comunicam ao gestor do contrato designado pelo **Cocontratante** a conclusão da instalação dos equipamentos fornecidos e a disponibilidade para a ligação e colocação em serviço dos mesmos.
3. A ligação e colocação em serviço dos equipamentos pelo **Cocontratante** nos locais indicados no Convite deve ser realizada no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da comunicação prevista no número anterior.

4. O dia e a hora da ligação e colocação em serviço dos equipamentos pelo **Cocontratante** são fixados por acordo com as **Contraentes Públicas**.
5. A ligação e colocação em serviço dos equipamentos pelo **Cocontratante** deverá incluir uma formação específica, de até 1 (*uma*) hora por equipamento, que deverá incidir sobre as configurações, comunicação e ajustes dos equipamentos na ótica do utilizador final.
6. Tendo em conta o número de equipamentos a adquirir, instalar e a disponibilizar para colocação em serviço ao **Cocontratante**, não existirá a obrigatoriedade da **Contraente Pública** os obter todos em simultâneo. Poderá ser efetuado e ajustado de acordo com as necessidades e disponibilidades da **Contraente Pública**.

CLÁUSULA 29.^a

Testes e ensaios de funcionamento

1. Todos os equipamentos a instalar, identificados no **ANEXO II** ao presente caderno de encargos, no contexto da ligação e colocação em serviço a que alude o n.º3 do artigo anterior, devem ser sujeitos a testes e ensaios de funcionamento, no sentido de comprovar que os mesmos se encontram aptos a satisfazer as condições técnicas e legais aplicáveis, bem como a garantir o bom funcionamento dos mesmos aquando da sua aceitação por parte do Contraente Público. Os respetivos testes e ensaios de funcionamento serão efetuados pelo **Cocontratante**, evidenciando, entre outras, que o equipamento admite os carregamentos em todas as tomadas disponíveis, viabilizando a potência de carregamento nominal, sem exibir alarmes nem provocar disparos das proteções na instalação a montante e a jusante, assegurando a comunicação com o respetivo software.
2. Além do comissionamento dos equipamentos para a sua colocação em serviço, as configurações de rede necessárias ao acesso remoto via 4G/5G ou por cabo, de acordo com informação a fornecer pelas **Contraentes Públicas**.
3. O gestor do contrato designado pela AdP SGPS ou outros elementos a designar para o efeito podem assistir à realização dos testes e ensaios de funcionamento previstos no número anterior.
4. A logística e os custos inerentes à realização dos testes de e ensaios de funcionamento são da responsabilidade dos **Cocontratantes**.
5. Os **Cocontratantes** devem fornecer, com a conclusão do fornecimento e instalação, os respetivos programas de testes e as fichas de registo associadas.

CLÁUSULA 30.^a

Inoperacionalidade, defeitos e discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos equipamentos, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **ANEXO II** do presente caderno de Encargos e na proposta adjudicada, a **Contraente Pública** deve informar, por escrito, o **Cocontratante**.
2. No caso previsto no número anterior, o **Cocontratante** deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Contraente Pública, não superior a 15 (quinze) dias, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos equipamentos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo **Cocontratante**, no prazo respetivo, a **Contraente Pública** procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.
4. A retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação, são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
5. A recusa dos equipamentos nos termos da presente cláusula não confere ao **Cocontratante** o direito a qualquer indemnização.
6. A recusa dos equipamentos por parte da **Contraente Pública** pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos prejuízos comprovadamente sofridos.

CLÁUSULA 31.^a

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 29.^a comprovem a total operacionalidade dos equipamentos, bem como o seu funcionamento e conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes deve ser assinado um auto de receção subscrito pelos representantes do **Cocontratante** e da Contraente Pública, nos termos da minuta que constitui o **ANEXO III** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.
2. A assinatura do auto de receção representa uma declaração de aceitação dos bens por parte da Contraente Pública, determinando a transferência da posse e da propriedade dos bens para a mesma, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o **Cocontratante**.

3. A assinatura do auto a que se refere o n.º I não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 32.^a

Garantia técnica

1. Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o **Cocontratante** garante os bens objeto do contrato pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia abrange ainda os testes que a Contraente Pública considere necessário efetuar aos equipamentos e respetivas peças ou componentes para comprovar a total operacionalidade dos mesmos após a correção dos defeitos ou discrepâncias detetados.
3. Quando a correção de defeitos ou discrepâncias num equipamento e respetivas peças ou componentes implicar a paralisação do respetivo funcionamento, suspende-se o prazo de garantia relativamente a todos os equipamentos necessários à sua plena operacionalidade.
4. Quando a correção de defeitos ou discrepâncias num equipamento e respetivas peças ou componentes não implicar a paralisação do funcionamento, o prazo de garantia suspende-se apenas relativamente ao equipamento em causa.
5. Detetado qualquer defeito ou anomalia abrangidos pela garantia técnica, a Contraente Pública procede à respetiva documentação e informa o **Cocontratante**, no prazo de 10 (dez) dias a contar da deteção, para efeitos da respetiva reparação.
6. No prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da comunicação anterior, ou no prazo máximo de 24 horas para situações urgentes, o **Cocontratante** procede à verificação e a correção da anomalia ou do defeito encontrado, informando a entidade adquirente.
7. Findo o prazo referido no número anterior sem que o **Cocontratante** tenha iniciado a correção da anomalia ou do defeito detetado, a Contraente Pública pode recorrer a terceiros para efetuar a reparação em causa, sendo os respetivos custos suportados pelo **Cocontratante** mediante desconto nas faturas posteriormente emitidas ou através do recurso à caução prestada, quando exista, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que haja lugar, nos termos do presente caderno de encargos, até que a reparação se encontre concluída.

8. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, o **Cocontratante** é ainda responsável pelos demais danos decorrentes da anomalia ou do defeito encontrados que se constituam na esfera jurídica da **Contraente Pública**.
9. A garantia prevista no presente artigo, para além das disposições previstas na legislação nacional e comunitária, prevê e abrange:
- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.

CLÁUSULA 33.^a

Garantia técnica de continuidade de fabrico

O **Cocontratante** deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento dos bens objeto do contrato pelo prazo de vigência do mesmo.

CLÁUSULA 34.^a

Manutenção dos equipamentos

1. Durante a vigência do contrato deverá ser efetuada por parte do **Cocontratante** a manutenção preventiva prevista pelo fabricante dos equipamentos, e poderão vir a ser necessárias manutenções corretivas, de forma a garantir a total operacionalidade dos postos de carregamento, em complemento e em salvaguarda das respetivas garantias aplicáveis aos equipamentos fornecidos no âmbito do presente caderno de encargos.
2. Sempre que necessário, em virtude da indisponibilidade dos postos de carregamento e por motivos alheios à reparação efetuada pelo **Cocontratante**, enquanto em período de garantia, serão solicitados serviços pelo Gestor de Contrato da Contraente Pública, devendo o **Cocontratante** mobilizar os meios técnicos e humanos para avaliação da avaria e para apresentação de proposta de fornecimentos/ serviços, sendo os respetivos custos de deslocação por conta do mesmo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação.

3. Nesse contexto, e após avaliação referida no nº 2, o **Cocontratante** deve submeter à aprovação do Gestor de Contrato da Contraente Pública um relatório ou documentação equivalente que integre todos os serviços a efetuar / bens a fornecer, para integral reposição do funcionamento dos postos de carregamento.
4. Os materiais/equipamentos a substituir deverão ser da mesma marca ou equivalente e apresentar todas as condições exigidas para a respetiva operacionalidade, continuidade de serviço e segurança de pessoas e bens.
5. Após a aprovação do relatório com as intervenções a efetuar por parte do Gestor de Contrato da Contraente Pública, o **Cocontratante** obriga-se a efetuar o respetivo serviço/fornecimento no prazo que não deva exceder 10 (dez) dias úteis.
6. Todos os bens que sejam fornecidos e/ou instalados e todos os serviços que possam vir a ser executados no âmbito da manutenção corretiva serão sujeitos aos testes referidos na cláusula 30.^a do presente caderno de encargos, aplicando-se igualmente o definido nas cláusulas 32.^a e 34.^a ao presente caderno de encargos.
7. Os fornecimentos e serviços não incluídos na garantia e/ou mensalidade de manutenção dos equipamentos só serão aceites e consequentemente pagos após a respetiva aceitação por parte do Gestor de Contrato da Contraente Pública.
8. Todos os custos inerentes às deslocações realizadas no âmbito da manutenção corretiva serão da responsabilidade do **Cocontratante**.

CLÁUSULA 35.^a

Auditorias aos Postos de Carregamento Fornecidos e Serviços Associados

1. A qualquer momento a AdP SGPS, as Contraentes Públicas, ou outras entidades mandatadas pela AdP SGPS para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato e o cumprimento das obrigações legais.
2. Verificada qualquer discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos pelas normas legais ou contratuais aplicáveis ou não se comprovando a total operacionalidade dos bens e serviços, as Contraentes Públicas disso informarão os **Cocontratantes**, por escrito, devendo estes proceder, à sua custa e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, aquelas, às correções necessárias.
3. Durante a vigência dos contratos, os **Cocontratantes** obrigam-se a disponibilizar à AdP SGPS e às Contraentes Públicas a documentação atualizada relativamente aos manuais técnicos dos postos de carregamento de veículos elétricos fornecidos e instalados nas instalações elétricas das Contraentes Públicas, incluindo pelo menos:

- Manuais do Fabricante;
- Instruções de Instalação e Operação;
- Manutenção e Resolução de Problemas, elencando como proceder para a resolução de problemas comuns;
- Normas de Segurança;
- Informações de Contacto.

CLÁUSULA 36.^a

Reporte e Monitorização

1. Constitui obrigação do(s) **Cocontratante(s)** elaborar e enviar à **AdP SGPS** e à **Contraente Pública** os seguintes relatórios de gestão:
 - a. Relatórios de faturação;
 - b. Relatórios de cumprimento dos níveis de serviço.
2. Os relatórios de faturação devem ser emitidos com uma periodicidade trimestral.
3. A omissão de envio dos relatórios referidos no n.º 1 da presente cláusula ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da faturação tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, a Contraente Pública deve notificar previamente o(s) **Cocontratante(s)** para, num prazo não superior a 5 (*cinco*) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.
5. Os relatórios de faturação devem conter os seguintes elementos:
 - a) Identificação da Contraente Pública e respetivo número de identificação de pessoa coletiva (NIPC);
 - b) Identificação do contrato;
 - c) Datas de início e de fim do contrato;
 - d) Descrição quantitativa do bem e serviço e respetivos preços unitários;
 - e) Número, data e valor das faturas;
 - f) Identificação da tipologia de postos de carregamento;
 - g) Valor do contrato.
6. Os relatórios de níveis de serviço, devem conter os seguintes elementos:
 - a) Identificação da Contraente Pública e/ou contratante;
 - b) Número de contrato;
 - c) Duração prevista do contrato;

- d) Datas de início e de fim do contrato;
 - e) Quantidades de bens encomendados e entregues/serviços contratados e prestados;
 - f) Número de dias decorridos entre a data da encomenda e a data de entrega do bem em condições de ser recebido/data de contratação e data de início da prestação de serviços;
7. Os relatórios definidos nos números anteriores devem ser enviados aos gestores do contrato designados pela **AdP SGPS** e pelas Contraentes Públicas até ao dia 10 do mês subsequente ao final do período do ano civil a que digam respeito, em formato eletrónico ou em plataforma eletrónica do **Cocontratante**.

CAPÍTULO VI

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 37.^a

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do Contrato, mediante autorização expressa da **AdP SGPS**, em representação das **Contraentes Públicas**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP SGPS**, em representação das **Contraentes Públicas**, deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, as **Contraentes Públicas** podem determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o Contrato em execução, que venha a ser indicado pelas **Contraentes Públicas**, pela ordem sequencial daquele procedimento.

CLÁUSULA 38.^a

Sanções contratuais

- 1.** O incumprimento pelos **Cocontratantes** das obrigações assumidas nos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro confere à **AdP SGPS** no uso dos poderes conferidos pelas **Contraentes Públicas**, o direito à aplicação de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2.** As **Contraentes Públicas** podem, designadamente, exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Em caso de incumprimento dos prazos estabelecidos nos n.º 1 da cláusula 26.^a do presente caderno de encargos, para entrega dos equipamentos, poderá ser aplicada uma sanção contratual até €150,00 (*cento e cinquenta euros*) por cada dia de atraso;
 - b) Em caso de incumprimento dos prazos estabelecidos nos n.ºs 2 e 3 da cláusula 27.^a do presente caderno de encargos, para ligação e colocação em serviço dos equipamentos nos locais indicados pelos Contraentes Públicos, poderá ser aplicada uma sanção contratual até €175,00 (*cento e setenta e cinco euros*) por cada dia de atraso;
 - c) Em caso de incumprimento do prazo estabelecido nos n.ºs 1 e 2 da cláusula 29.^a do presente caderno de encargos, relativamente a reparações, substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos equipamentos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, poderá ser aplicada uma sanção contratual €150,00 (*cento e cinquenta euros*) por cada dia de atraso;
 - d) Em caso de incumprimento do prazo estabelecido nos n.º 2 da cláusula 33.^a do presente caderno de encargos, relativo à discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos pelas normas legais ou contratuais aplicáveis ou não se comprovando a total operacionalidade dos bens e serviços, poderá ser aplicada uma sanção contratual até €100,00 (*cem euros*) por cada dia de atraso;
 - e) Em caso de incumprimento da garantia técnica prevista no n.º 5 da cláusula 33.^a do presente caderno de encargos, poderá ser aplicada uma sanção contratual até €100,00 (*cem euros*) por cada dia de atraso.
- 3.** Na determinação da gravidade do incumprimento, as **Contraentes Públicas** têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **Cocontratante** e as consequências do incumprimento.
- 4.** O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.

5. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as **Contraentes Públicas** decidam não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
6. A(s) Contraente(s) Pública(s), pode(m) descontar o valor das sanções devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a(s) Contraente(s) Pública(s) exija(m) uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 39.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias;
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o Contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 40.ª

Resolução por Parte das Contraentes Públicas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **Contraentes Públicas** podem, a título sancionatório, resolver o Contrato, na parte que lhes respeita, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. As **Contraentes Públicas** podem resolver o Contrato designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens e serviços por um prazo superior a 30 (*trinta*) dias ou declaração escrita do **Cocontratante** de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido conjuntamente, é acionado pela **AdP SGPS** em representação de todas as **Contraentes Públicas** e exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante**, e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelas **Contraentes Públicas**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 38ª relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a **Contraentes Públicas** exija uma indemnização pelos danos excedentes.

CLÁUSULA 41.ª

Resolução por Parte dos Cocontratantes

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do

Código dos Contratos Públicos.

2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 42.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela Contraente Pública ou AdP SGPS sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo **Cocontratante** das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela **Contraente Pública** não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o **Cocontratante** na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o termo do prazo das obrigações de correção de defeitos pelo **Cocontratante**, designadamente das obrigações de garantia.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 43.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Acordo Quadro e dos contratos a celebrar ao seu abrigo, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 44.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre as **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

CLÁUSULA 45.^a

Foro Competente

O foro competente para a resolução de todas as questões decorrentes do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo é o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 46.^a

Direito Aplicável e natureza do contrato

O Acordo Quadro e os contratos a celebrar ao seu abrigo regem-se pelo direito português e tem natureza administrativa

CLÁUSULA 47.^a

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXOS

ANEXO I - Preços máximos unitários;

ANEXO II - Requisitos técnicos e funcionais;

ANEXO III - Modelo de auto de receção.

ANEXO I**Preços máximos unitários**

Equipamento	Fornecimento	Ligação e colocação em serviço	Manutenção
B-(3x16)x1	2 350 €	250 €	30,00 €
B-(3x32)x1	2 500 €	250 €	30,00 €
C-(1x16)x2	3 300 €	350 €	45,00 €
C-(3x16)x2	4 250 €	350 €	55,00 €
C-(3x32)x2	4 500 €	350 €	55,00 €
R50	21 000 €	400 €	260,00 €
R120	32 500 €	400 €	405,00 €
Portátil	1 500 €	150 €	18,75 €

ANEXO II

Requisitos técnicos e funcionais

Os equipamentos devem estar em conformidade com as Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão (RTIEBT) e demais legislação nacional e europeia aplicável, exibir marcação CE e possuir as seguintes características:

- **B-(3x16)x1**

- 1 ponto de carregamento (saída) trifásico com conector do tipo 2 (“Mennekes” ou equivalente) de acordo com a norma IEC62196 ou equivalente para carregamentos em modo 3 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
- potência de carregamento até 11 kVA a 400 Vac com corrente máxima de 16 A por fase;
- contemplar as seguintes entradas: 3 fases + neutro + condutor de proteção, 400 Vac +/- 10%, 50 Hz;
- contemplar a possibilidade de configuração de potência máxima de carregamento para valores inferiores a 11 kVA;
- proteção diferencial 3P+N do tipo B com sensibilidade de 30 mA e que cumpra a norma EN61008, EN61009 ou EN60947-2 ou equivalentes;
- IP54 ou superior;
- IK09 ou superior;
- modo de funcionamento online, contemplando um modem 4G/5G com acesso à internet através de cartão SIM da responsabilidade do **Cocontratante**, durante o período de garantia do equipamento, assim como possibilidade de ligação por ethernet;
- modo de funcionamento offline, com início de carregamento após deteção de cabo de carregamento ou ordem através da tecnologia NFC, permitindo a configuração da potência máxima de carregamento neste modo;
- protocolo de comunicação OCPP 1.6 ou posterior;
- capacidade de comunicação via WSS (Web Socket Secure): Security Level 2/3;
- tecnologia NFC e leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A ou equivalente;
- medição da energia consumida nos carregamentos e envio da informação em períodos mínimos de 15 minutos, em conformidade com os requisitos da diretiva MID;
- ecrã de informação com uma dimensão mínima de 3 (três) polegadas medidas na diagonal;
- API que permita a integração do posto de carregamento com qualquer plataforma de gestão;
- certificação para a rede da MOBI.E.;
- pedestal ou equivalente para montagem do equipamento no solo ou parede.

- **B-(3x32)x1**

- 1 ponto de carregamento (saída) trifásico com conector do tipo 2 (“Mennekes” ou equivalente) de acordo com a norma IEC62196 ou equivalente para carregamentos em modo 3 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
- potência de carregamento até 22 kVA a 400 Vac com corrente máxima de 32 A por fase;
- contemplar as seguintes entradas: 3 fases + neutro + condutor de proteção, 400 Vac +/- 10%, 50 Hz;
- contemplar a possibilidade de configuração de potência máxima de carregamento para valores inferiores a 22 kVA;
- proteção diferencial 3P+N do tipo B com sensibilidade de 30 mA e que cumpra a norma EN61008, EN61009 ou EN60947-2 ou equivalentes;
- IP54 ou superior;
- IK09 ou superior;
- modo de funcionamento online, contemplando um modem 4G/5G com acesso à internet através de cartão SIM da responsabilidade do **Cocontratante**, durante o período de garantia do equipamento, assim como possibilidade de ligação por ethernet;
- modo de funcionamento offline, com início de carregamento após deteção de cabo de carregamento ou ordem através da tecnologia NFC, permitindo a configuração da potência máxima de carregamento neste modo;
- protocolo de comunicação OCPP 1.6 ou posterior;
- capacidade de comunicação via WSS (Web Socket Secure): Security Level 2/3;
- tecnologia NFC e leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A ou equivalente;
- medição da energia consumida nos carregamentos e envio da informação em períodos mínimos de 15 minutos, em conformidade com os requisitos da diretiva MID;
- ecrã de informação com uma dimensão mínima de 3 (três) polegadas medidas na diagonal;
- API que permita a integração do posto de carregamento com qualquer plataforma de gestão;
- certificação para a rede da MOBI.E.;
- pedestal ou equivalente para montagem do equipamento no solo ou parede.

- **C-(1x16)x2**

- 2 pontos de carregamento (saída) monofásicos com conectores do tipo 2 (“Mennekes” ou equivalente) de acordo com a norma IEC62196 ou equivalente para carregamentos em modo 3 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
- potência de carregamento até 3,7 kVA a 230 V AC com corrente máxima de 16 A para cada ponto de carregamento (2 x 3,7 kVA);
- contemplar as seguintes entradas: 1 fase + neutro + condutor de proteção, 230 Vac +/- 10%, 50 Hz;

- contemplar a possibilidade de configuração de potência máxima de carregamento por ponto para valores inferiores a 3,7 kVA por ponto de carregamento;
 - possibilidade de gestão da potência máxima atribuída ao posto de carregamento, de forma a assegurar a distribuição da potência configurada pelos 2 pontos de carregamento de acordo com a potência pedida em cada ponto;
 - proteção diferencial IP+N do tipo A com sensibilidade de 30 mA e que cumpra a norma EN61008, EN61009 ou EN60947-2 ou equivalentes;
 - IP54 ou superior;
 - IK09 ou superior;
 - modo de funcionamento online, contemplando um modem 4G/5G com acesso à internet através de cartão SIM da responsabilidade do **Cocontratante**, durante o período de garantia do equipamento, assim como possibilidade de ligação por ethernet;
 - modo de funcionamento offline, com início de carregamento após deteção de cabo de carregamento ou ordem através da tecnologia NFC, permitindo a configuração da potência máxima de carregamento neste modo;
 - protocolo de comunicação OCPP 1.6 ou posterior;
 - capacidade de comunicação via WSS (Web Socket Secure): Security Level 2/3;
 - tecnologia NFC e leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A ou equivalente;
 - medição da energia consumida nos carregamentos e envio da informação em períodos mínimos de 15 minutos, em conformidade com os requisitos da diretiva MID;
 - ecrã de informação com uma dimensão mínima de 4 (quatro) polegadas medidas na diagonal;
 - API que permita a integração do posto de carregamento com qualquer plataforma de gestão;
 - certificação para a rede da MOBI.E;
 - pedestal ou equivalente para montagem do equipamento no solo ou parede.
- **C-(3x16)x2**
 - 2 pontos de carregamento (saída) trifásicos com conetores do tipo 2 (“Mennekes” ou equivalente) de acordo com a norma IEC62196 ou equivalente para carregamentos em modo 3 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
 - potência de carregamento até 11 kVA a 400 Vac com corrente máxima de 16 A por fase para cada ponto de carregamento (2 x 11 kVA);
 - contemplar as seguintes entradas: 3 fases + neutro + condutor de proteção, 400 Vac +/- 10%, 50 Hz;
 - contemplar a possibilidade de configuração de potência máxima de carregamento por ponto para valores inferiores a 11 kVA por ponto de carregamento;

- possibilidade de gestão da potência máxima atribuída ao posto de carregamento, de forma a assegurar a distribuição da potência configurada pelos 2 pontos de carregamento de acordo com a potência pedida em cada ponto;
 - proteção diferencial 3P+N do tipo B com sensibilidade de 30 mA e que cumpra a norma EN61008, EN61009 ou EN60947-2 ou equivalentes;
 - IP54 ou superior;
 - IK09 ou superior;
 - modo de funcionamento online, contemplando um modem 4G/5G com acesso à internet através de cartão SIM da responsabilidade do **Cocontratante**, durante o período de garantia do equipamento, assim como possibilidade de ligação por ethernet;
 - modo de funcionamento offline, com início de carregamento após deteção de cabo de carregamento ou ordem através da tecnologia NFC, permitindo a configuração da potência máxima de carregamento neste modo;
 - protocolo de comunicação OCPP 1.6 ou posterior;
 - capacidade de comunicação via WSS (Web Socket Secure): Security Level 2/3;
 - tecnologia NFC e leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A ou equivalente;
 - medição da energia consumida nos carregamentos e envio da informação em períodos mínimos de 15 minutos, em conformidade com os requisitos da diretiva MID;
 - ecrã de informação com uma dimensão mínima de 4 (quatro) polegadas medidas na diagonal;
 - API que permita a integração do posto de carregamento com qualquer plataforma de gestão;
 - certificação para a rede da MOBI.E;
 - pedestal ou equivalente para montagem do equipamento no solo ou parede.
- **C-(3x32)x2**
 - 2 pontos de carregamento (saída) trifásicos com conetores do tipo 2 (“Mennekes” ou equivalente) de acordo com a norma IEC62196 ou equivalente para carregamentos em modo 3 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
 - potência de carregamento até 22 kVA a 400 Vac com corrente máxima de 32 A por fase para cada ponto de carregamento (2 x 22 kVA);
 - contemplar as seguintes entradas: 3 fases + neutro + condutor de proteção, 400 Vac +/- 10%, 50 Hz;
 - contemplar a possibilidade de configuração de potência máxima de carregamento por ponto para valores inferiores a 22 kVA por ponto de carregamento;
 - possibilidade de gestão da potência máxima atribuída ao posto de carregamento, de forma a assegurar a distribuição da potência configurada pelos 2 pontos de carregamento de acordo com a potência pedida em cada ponto;

- proteção diferencial 3P+N do tipo B com sensibilidade de 30 mA e que cumpra a norma EN61008, EN61009 ou EN60947-2 ou equivalentes;
 - IP54 ou superior;
 - IK09 ou superior;
 - modo de funcionamento online, contemplando um modem 4G/5G com acesso à internet através de cartão SIM da responsabilidade do **Cocontratante**, durante o período de garantia do equipamento, assim como possibilidade de ligação por ethernet;
 - modo de funcionamento offline, com início de carregamento após deteção de cabo de carregamento ou ordem através da tecnologia NFC, permitindo a configuração da potência máxima de carregamento neste modo;
 - protocolo de comunicação OCPP 1.6 ou posterior;
 - capacidade de comunicação via WSS (Web Socket Secure): Security Level 2/3;
 - tecnologia NFC e leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A ou equivalente;
 - medição da energia consumida nos carregamentos e envio da informação em períodos mínimos de 15 minutos, em conformidade com os requisitos da diretiva MID;
 - ecrã de informação com uma dimensão mínima de 4 (quatro) polegadas medidas na diagonal;
 - API que permita a integração do posto de carregamento com qualquer plataforma de gestão;
 - certificação para a rede da MOBI.E;
 - pedestal ou equivalente para montagem do equipamento no solo ou parede.
- **R50**
 - pontos de carregamento com os seguintes conetores:
 - 1 CHAdeMO para carregamentos DC em modo 4 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
 - 1 Combo-2 para carregamentos DC em modo 4 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
 - 1 tipo 2 (“Mennekes” ou equivalente) de acordo com a norma IEC62196 ou equivalente para carregamentos AC em modo 3 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
 - potência de carregamento em DC até 50 kW;
 - potência de carregamento em AC até 22 kVA;
 - contemplar as seguintes entradas: 3 fases + neutro + condutor de proteção, 400 Vac +/- 10%, 50 Hz;
 - proteção diferencial 3P+N do tipo A com sensibilidade de 300 mA e que cumpra a norma EN61008, EN61009 ou EN60947-2 ou equivalentes;
 - IP54 ou superior;
 - IK09 ou superior;

- modo de funcionamento online, contemplando um modem 4G/5G com acesso à internet através de cartão SIM da responsabilidade do **Cocontratante**, durante o período de garantia do equipamento, assim como possibilidade de ligação por ethernet;
 - modo de funcionamento offline, com início de carregamento após deteção de cabo de carregamento ou ordem através da tecnologia NFC, permitindo a configuração da potência máxima de carregamento neste modo;
 - protocolo de comunicação OCPP 1.6 ou posterior;
 - capacidade de comunicação via WSS (Web Socket Secure): Security Level 2/3;
 - tecnologia NFC e leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A ou equivalente;
 - medição da energia consumida nos carregamentos e envio da informação em períodos mínimos de 15 minutos, em conformidade com os requisitos da diretiva MID;
 - ecrã de informação com uma dimensão mínima de 6 (seis) polegadas medidas na diagonal;
 - API que permita a integração do posto de carregamento com qualquer plataforma de gestão;
 - certificação para a rede da MOBI.E;
 - pedestal ou equivalente para montagem do equipamento no solo.
- **RI20**
 - pontos de carregamento com os seguintes conetores:
 - 1 CHAdeMO para carregamentos DC em modo 4 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
 - 1 Combo-2 para carregamentos DC em modo 4 de acordo com a norma IEC61851 ou equivalente;
 - potência de carregamento em DC até 120 kW;
 - contemplar as seguintes entradas: 3 fases + neutro + condutor de proteção, 400 Vac +/- 10%, 50 Hz;
 - proteção diferencial 3P+N do tipo A com sensibilidade de 300 mA e que cumpra a norma EN61008, EN61009 ou EN60947-2 ou equivalentes;
 - IP54 ou superior;
 - IK09 ou superior;
 - modo de funcionamento online, contemplando um modem 4G/5G com acesso à internet através de cartão SIM da responsabilidade do **Cocontratante**, durante o período de garantia do equipamento, assim como possibilidade de ligação por ethernet;
 - modo de funcionamento offline, com início de carregamento após deteção de cabo de carregamento ou ordem através da tecnologia NFC, permitindo a configuração da potência máxima de carregamento neste modo;
 - protocolo de comunicação OCPP 1.6 ou posterior;
 - capacidade de comunicação via WSS (Web Socket Secure): Security Level 2/3;

- tecnologia NFC e leitor de cartões RFID de acordo com a norma ISO 14443A ou equivalente;
 - medição da energia consumida nos carregamentos e envio da informação em períodos mínimos de 15 minutos, em conformidade com os requisitos da diretiva MID;
 - ecrã de informação com uma dimensão mínima de 6 (seis) polegadas medidas na diagonal;
 - API que permita a integração do posto de carregamento com qualquer plataforma de gestão;
 - certificação para a rede da MOBI.E;
 - pedestal ou equivalente para montagem do equipamento no solo.
-
- **Carregador “portátil”**
 - carregamento de veículos elétricos a partir de qualquer tomada doméstica ou industrial convencional;
 - opções de entrada de tensão de 120 a 420 V e de corrente de 6 a 40 A;
 - inclusão de oito adaptadores certificados e equipados para a deteção automática da corrente de entrada da ficha, e quatro dos quais estão equipados com o sistema de controlo de temperatura pró-activo Juice Celsius;
 - IP67 ou superior;
 - Resistente à passagem de veículos que transportem cargas até três toneladas.

ANEXO III

Modelo de Auto de receção

Ao dia [●] do mês de [●] do ano de XXXX, nos termos e para os efeitos do disposto na cláusula [●].^a do contrato de AQUISIÇÃO DE POSTOS DE CARREGAMENTO PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS DAS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL, celebrado a [●] com o [●], declara-se que foi comprovado o fornecimento e instalação dos equipamentos objeto do referido Contrato, em conformidade com as exigências aplicáveis, a que correspondem os seguintes números de série:

[▪] – (preencher uma linha por equipamento fornecido)

(...)

Em consequência, decidiu-se notificar o Cocontratante da respetiva aceitação, através do presente auto.
E nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto.

Representante do Cocontratante

Representante da [●] (empresa do Grupo AdP)